

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG COM EDUARDA ESPOSITO
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Ringue montado

O próximo ministro a ser ouvido pela Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados é o da Fazenda, Fernando Haddad. Antes dele, foi a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva. É bom Haddad se preparar, porque ali o ambiente sempre é tenso. Especialmente agora que o governo ampliou o bloqueio de recursos do Orçamento deste ano para R\$ 12,1 bilhões.

O que importa

Fernando Haddad vai falar sobre a proposta de tributação nas Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) e sobre a ausência de prorrogação de prazos de pagamento das dívidas de produtores rurais do Rio Grande do Sul.

Aqui, não

Para impedir que o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP) exerça, dos Estados Unidos, o cargo de líder da minoria, o primeiro-vice-líder do governo na Câmara, Alencar Santana (PT-SP), apresentou um projeto de resolução para alterar o regimento interno da Casa. “É imprescindível que as normas regimentais sejam atualizadas para harmonizar o uso da tecnologia com a reafirmação da territorialidade e garantir que os mandatos tenham preservadas suas dimensões presenciais e o compromisso cotidiano com o eleitorado”, justificou o petista.

A sorte está lançada

Ciro Nogueira fez um último pedido aos colegas para ver se salva a PEC da Blindagem: restringir a crimes de opinião a necessidade de autorização do Congresso para que um parlamentar seja investigado. Até aqui, muita gente não topou essa proposta porque há o risco de manobras que retomem o texto da Câmara.

Negócios à parte



Quem acompanha de perto os movimentos do governo de Donald Trump no caso envolvendo o ex-presidente Jair Bolsonaro já percebeu que é no Departamento de Estado que Eduardo Bolsonaro e Paulo Figueiredo têm tido mais sucesso, em especial, no quesito dos vistos a autoridades. Porém, em outros campos, muitos diplomatas percebem que, paulatinamente, as coisas começam a mudar. Observa-se uma vontade de parte dos EUA de separarem as estações Executivo e Judiciário. Com o Poder Executivo, em especial, na parte relativa ao comércio, as conversas começam a ocorrer e há pontes, como aquela feita pelo Líderes Empresariais, em Washington, na primeira semana de setembro.

» » » » »

Em relação ao Judiciário, a tendência é demorar mais para que as coisas se resolvam, haja vista a aplicação da Lei Magnitsky à mulher do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, Viviane Barci de Moraes. Para completar, ainda veio a suspensão do visto.

CURTIDAS

Esqueçam as redes sociais/ Com os depoentes calados, a CPMI do INSS terá que voltar suas baterias para o material de quebra de sigilo. São milhares de documentos e relatórios a serem analisados. O momento é de trabalhar em silêncio, deixando de lado os discursos nos depoimentos, que cada vez servem mais para os parlamentares fazerem seus cortes para exibir nas redes. O momento é de, realmente, se agarrar no serviço de análise e investigação.

Enquanto isso, nos Estados Unidos.../ Há alguns dias, Eduardo Bolsonaro havia dito que “iria atrás” da família de Moraes. “Eu vou provar para o Alexandre de Moraes que ele encontrou um cara de saco roxo que vai acabar com essa brincadeira dele. Moraes, você, a sua mulher, e depois dela, que em breve serão sancionados os seus filhos, eu vou atrás de cada um de vocês”, disse o deputado.

Por falar em Moraes.../ O influenciador de extrema-direita Paulo Figueiredo nem conseguiu comemorar direito a aplicação da Lei Magnitsky à mulher do ministro do STF, uma vez que, logo em seguida, ele e o deputado Eduardo Bolsonaro foram denunciados pela Procuradoria-Geral da República (PGR) por coação em processo judicial.



Carta branca/ O ex-governador de Mato Grosso do Sul, Reinaldo Azambuja, sai do PSDB e se filia ao PL com direito a discurso do presidente do partido, Valdemar Costa Neto, com garantia de “autonomia para montar a chapa” estadual. Candidato ao Senado, ele apoiará a reeleição do governador Eduardo Riedel. Na festa de filiação, Valdemar, abraçado a Azambuja, saiu-se com esta: “Você manda no partido aqui para fazer o que você quiser”.

PEC DA BLINDAGEM / Com projeto em xeque no Senado, Alessandro Vieira indicou que apresentará relatório contrário na quarta-feira. Ao **Correio**, ele apontou inconstitucionalidades da proposta. Senador **Ciro Nogueira** fala em “alternativa”

“Inconstitucional”, diz relator

» DANANDRA ROCHA
» ALÍCIA BERNARDES

Relator da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Blindagem no Senado, Alessandro Vieira (MDB-SE) afirmou que votará contra o projeto na Casa por entender o texto como inconstitucional. Ao **Correio**, o parlamentar disse que a matéria aprovada na Câmara dos Deputados visa ao favorecimento de crimes e rechaça o argumento dos apoiadores do projeto de perseguição política. “Temos um problema de constitucionalidade, em especial, pelo desvio de finalidade. A PEC, evidentemente, não tem o resultado anunciado. O objetivo oculto é o favorecimento de quem comete crimes, e isso não está vinculado, de forma alguma, ao exercício demandado. E no mérito, em particular, o que me parece mais grave é justamente a extensão dessa cobertura, porque eu tenho uma garantia de blindagem completa para parlamentares federais, estaduais, distritais e até mesmo para presidentes de partido. Por quaisquer crimes, isso é inaceitável”, destacou o senador.

A PEC da Blindagem propõe que os parlamentares não podem ser processados criminalmente sem a autorização da Câmara ou do Senado. O presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, Otto Alencar (PSD-BA), pautou para quarta-feira a discussão sobre o texto. O relator Alessandro Vieira criticou o argumento dos defensores da proposta que falam em proteção à perseguição política. “Qual é a conexão que tem com o exercício de um mandato parlamentar o cometimento do crime de homicídio, de tráfico de entorpecentes, de organização criminosa armada, lavagem de dinheiro?”

Nada disso tem conexão com o mandato. Então, o que se deseja com essa PEC é efetivamente acobertar a conduta criminosa de pessoas que estão ocupando cargos no parlamento ou na presidência de partidos políticos”, explicou o parlamentar.

Alternativa

Um dia após as manifestações da sociedade civil tomarem conta do país, o presidente do Progressistas, senador **Ciro Nogueira** (PI), afirmou que pretende apresentar um texto alternativo para a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Blindagem para limitar o projeto a crimes de opinião. Por outro lado, o relator do texto na Casa, Alessandro Vieira (MDB-SE), afirmou que tende a rejeitar a sugestão do parlamentar, uma vez que isso já é previsto na Constituição.

Por meio das redes sociais, **Ciro Nogueira** disse que um eventual veto do Senado seria “sobrano”, mas que vai apresentar um substitutivo para limitar a PEC aos “crimes de opinião”. A alternativa seria menos abrangente do que o aprovado pela Câmara dos Deputados, que não fixa um conjunto específico de crimes pelos quais os congressistas só poderiam ser investigados se tivessem autorização do Legislativo.

“Minha proposta é apresentar um substitutivo garantindo que essa prerrogativa seja assegurada apenas para os crimes de opinião. Isso fortalece o Parlamento, a Democracia e a liberdade de expressão. Minha intenção é apenas colaborar para esse debate. Democracias fortes são as que têm Parlamentos fortes. Nada mais da essência do Parlamento do que a livre manifestação do pensamento, seja qual for a orientação política”, afirmou o presidente do PP.

Pedro França/Agência Senado



A PEC, evidentemente, não tem o resultado anunciado. O objetivo oculto é o favorecimento de quem comete crimes, e isso não está vinculado, de forma alguma, ao exercício demandado”

Alessandro Vieira, relator do projeto

As manifestações contra a blindagem e a anistia ocorreram em todas as 27 capitais e em cidades do interior, reunindo multidões. Na Avenida Paulista, em São Paulo, cerca de 47,5 mil pessoas participaram do ato no momento de maior concentração. Em Copacabana, no Rio de Janeiro, foram 41,8 mil.

Parlamentares governistas ouvidos avaliam que os atos expuseram o isolamento da oposição, que forçou a votação da blindagem e da anistia.

O deputado **Reginaldo Veras** (PV-DF) destacou que os protestos não foram exclusivos da esquerda. “Vi muita gente na manifestação, indignada, que não vota em Lula nem no PT. A sociedade está dando uma resposta, essa reação popular certamente levará os senadores a enterrarem de vez a PEC da blindagem”, disse.

A deputada **Maria do Rosário** (PT-RS) enalteceu a força dos protestos. “As manifestações mostraram que o Congresso não pode se isolar da

sociedade criando privilégios e pautando anistias absurdas. O Senado deve rejeitar a PEC, e a Câmara precisa derrotar qualquer tentativa de anistia ou de redução de penas”, apontou.

Por outro lado, o senador **Izalci Lucas** (PL-DF) minimizou as manifestações, classificando como “shows patrocinados pela Lei Rouanet”. Apesar da crítica, ele reconheceu que o texto aprovado pela Câmara deve passar por alterações no Senado.

Motta reconhece desgaste

» ISRAEL MEDEIROS

O presidente da Câmara, **Hugo Motta** (Republicanos-PB), disse, ontem, que pretende levar à votação na próxima semana o projeto de lei de isenção do Imposto de Renda para quem recebe até R\$ 5 mil. A fala ocorre um dia depois de manifestações por todo o país contra medidas impopulares aprovadas pelo Congresso.

“Chegou o momento de levar (o texto) ao plenário. Entendo que o trabalho realizado na comissão pode ser mantido no plenário, mas cada partido, claro, pode apresentar destaques e emendas”, afirmou Motta no evento BTG Macro Day, em São Paulo.

Ele destacou que o plenário da Câmara tem soberania para decidir sobre o assunto, mas defendeu que o tema seja discutido com responsabilidade para minimizar eventuais problemas para as contas públicas. A pauta é uma aposta do governo do presidente **Luiz Inácio Lula da Silva** (PT) e foi enviada ao Congresso no ano passado.

Na Câmara, o texto é relatado pelo ex-presidente da Casa, **Arthur Lira** (PP-AL), que teve seu parecer aprovado na comissão especial criada para tratar do tema e previu compensação via taxa dos mais ricos. No mesmo evento, Motta disse que o momento é de afastar “pautas tóxicas”, referindo-se à anistia aos golpistas condenados pelos ataques de 8 de janeiro de 2023 — que culminaram na depredação das sedes dos três Poderes — e à PEC da Blindagem.